



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO
<http://www.sed.rct-sc.br/clipping>

Recortes de notícias sobre educação

REDE ESTADUAL

Alunos voltam às aulas

Depois de duas semanas de férias, mais de 700 mil estudantes da rede pública estadual retornam às sala de aulas hoje.

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br

e clicando em **IMPRENSA**

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 31/7, 1º e 2/8/2010



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 2/8/10
Assunto: Alunos voltam às aulas		Página: 22

REDE ESTADUAL

Alunos voltam às aulas

Depois de duas semanas de férias escolares, mais de 700 mil estudantes da educação básica da rede pública estadual retornam às sala de aulas hoje.

Para os professores das 1.350 escolas de SC, o período de descanso foi de uma semana. Isso porque os primeiros dias de recesso ficaram reservados para os cursos de capacitação, planejamento e reuniões pedagógicas.

Na Capital, os estudantes da região central vão contar com uma novidade nos horários de entrada e saída da aula. Até o fim do ano, uma operação conjunta da Guarda Municipal e Polícia Militar vai garantir mais segurança. Os agentes devem acompanhar os alunos no trajeto entre a escola, ponto de ônibus e em casa.

O período de férias seguiu o calendário da Secretaria da Educação, em atendimento à Lei de Diretrizes e Bases da Educação que prevê o cumprimento mínimo de 200 dias letivos. A rede pública estadual conta com cerca de 33,2 mil professores atuando na educação básica (fundamental, médio e profissional e infantil).



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Cidade	data: 2/08/10
Assunto: Volta às aulas com segurança		Página: 4

Escolas

Volta às aulas com segurança

Alunos da rede municipal e estadual de ensino retornam hoje às aulas. Neste ano, a Prefeitura da Capital, PM, Guarda Municipal e estabelecimentos escolares realizam a Operação Volta às Aulas com Segurança e Cidadania, voltada à proteção de alunos, familiares e professores no período de início e fim das aulas.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Geral	data: 31 e 1/08/10
Assunto: Rota segura para as escolas		Página: 22

Operação. Ação conjunta da PM e Guarda Municipal tenta coibir assaltos na entrada e saída das aulas

Rota segura para as escolas

MÔNICA FOLTRAN

mônica@noticiasdodia.com.br

FLORIANÓPOLIS – Com o objetivo de diminuir o índice de assaltos e furtos nos pontos críticos perto de escolas de Florianópolis, começa nesta segunda-feira a “Operação Volta as Aulas com Segurança e Cidadania”. A iniciativa da prefeitura, com apoio da Guarda Municipal e Polícia Militar, envolve todas as escolas da região central. A ação sugere a rota segura com monitoramento das principais ligações entre as escolas, beneficiando 14 instituições e 32 mil alunos.

Além dos guardas e policiais, foram mobilizados 14 carros, seis motos, duas bicicletas e 50 câmeras de monitoramento. A operação ficará responsável pelo policiamento das ruas demarcadas pela rota segura, nos horários de entrada e saída dos colégios nos períodos da manhã, tarde e noite.

Para inclusão das ruas na rota segura, a operação tomou por base

informações cedidas por professores, pais e alunos: o deslocamento em pontos considerados críticos de ida e volta das escolas e casas próximas, bem como até o ponto de ônibus mais próximo ou terminal. A operação começa nesta segunda-feira e segue até o fim das aulas.

A ideia, segundo o major PM Marcello Martinez Hipólito, é estender ainda este ano a operação para as demais regiões de Florianópolis. Em cinco bairros, a ação já ocorre e passará a ser integrada à operação. “Temos 271 escolas municipais. Este início é um piloto e queremos estender para os demais colégios, para isto dependemos do engajamento das instituições de ensino”, salienta Martinez.

Para a operação, serão criados Nusegs (Núcleos de Segurança Escolar), no qual diretores, professores, alunos e associação de pais e professores devem elaborar o plano de segurança da escola. As decisões serão repassadas para definir as ações da PM e Guarda Municipal.

Crimes não são registrados

A diferença clara entre o grande número de queixas de assaltos e furtos a estudantes e as baixas estatísticas registradas pela PM levantaram o problema que fez com a prefeitura buscasse soluções para conter os crimes. “Pais procuraram a prefeitura para relatar assaltos. Percebemos então que havia uma desconexão entre os relatos e os dados registrados”, lembra o secretário de Segurança e Defesa do Cidadão, Hamilton Pacheco da Rosa.

De acordo com o major Martinez, “dependendo do crime, o índice é alto. É o caso de pequenos furtos e assaltos a estudantes, em que muitas vezes não são registrados boletins de ocorrência”, observa.

Desta forma, a Operação Volta as Aulas conta com um canal de comunicação entre pais, escolas, prefeitura e polícia.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 31/7/10
Assunto: Volta às aulas com proteção		Página: 22

MAIS SEGURANÇA

Volta às aulas com proteção

Pelo menos até o fim do ano, no horário de entrada e saída das aulas, os estudantes da região Central de Florianópolis estarão mais protegidos nos trajetos de deslocamento para casa e pontos de ônibus. A partir de segunda-feira, eles vão ganhar proteção extra com a Operação Volta às Aulas com Segurança e Cidadania.

O projeto nasceu da iniciativa de pais e diretores dos colégios que estavam preocupados com as ocorrências de assaltos na região central. Junto com a Guarda Municipal, a Polícia Militar (PM) e a Secretaria Municipal de Segurança, os representantes da comunidade escolar elaboraram uma rota segura, com indicações de ruas apropriadas para os estudantes caminharem.

Com a nova medida, todas as escolas da região Central vão contar com o monitoramento da PM ou Guarda Municipal. Outros cinco colégios, localizados em regiões diferentes, já contam com esse apoio.

A operação ainda prevê a criação de Núcleos de Segurança Escolar (Nusegs) compostos por diretores, professores, alunos e associação de pais e professores para ampliar as discussões sobre a segurança nas instituições de ensino.

O número de alunos auxiliados pela operação será de 32 mil alunos.

Escolas atendidas

- 1 Colégio Catarinense
- 2 Colégio Bom Jesus
- 3 Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC)
- 4 Instituto Estadual de Educação (IEE)
- 5 e 6 Colégios Energia
- 7 Colégio Adventista
- 8 Educandário Imaculada Conceição
- 9 Colégio Menino Jesus
- 10 Colégio Lauro Müller
- 11 Colégio Henrique Stodiek
- 12 Colégio Celso Ramos
- 13 Colégio São José
- 14 Colégio Santa Catarina



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do leitor	Data: 1º/8/10
Assunto: (sem título)		Página: 44

“Os professores que atuam em nossas escolas não conseguem encontrar outra profissão, ou são denodados guerreiros que ainda acreditam que podem fazer algo para mudar o mundo em que vivemos. São verdadeiros heróis que merecem o nosso respeito e a nossa admiração!”

Ademar Bodemüller
Pedagogo – Trombudo Central

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do leitor	Data: 2/8/10
Assunto: Camisinha		Página: 24

Camisinha

Qual o objetivo do governo federal em disponibilizar “máquinas de camisinhas” nas escolas? Ao que me consta, o dever da escola é o de passar conhecimento aos seus alunos e não o de incentivar condutas promíscuas, que podem levar a comportamentos de risco. Quem ganha com essa precocidade sexual de nossos jovens?

Diego Callai Schuh
Florianópolis

Camisinha

Sobre as máquinas de camisinhas nas escolas, o Estado estaria promovendo não só a promiscuidade, mas também o aumento da prática de várias condutas sexuais criminosas punidas com rigor pelo Código Penal e pelo ECA. Com a distribuição de preservativos nas escolas, o próprio Estado, ao fomentar a iniciação sexual precoce, se encarregaria de estimular que os próprios adolescentes busquem situações de vulnerabilidade a tais crimes.

Cristiane Araújo
Por e-mail



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 31/7/10
Assunto: Lista de alunos bolsistas		Página: 23

PÓS-GRADUAÇÃO

Lista dos alunos bolsistas

A secretaria de Estado da Educação (SED) divulga em seu site (www.sed.sc.gov.br) o resultado da seleção para a concessão de bolsas de pós-graduação, na modalidade presencial, nos níveis de especialização, mestrado e doutorado do Programa de Bolsas do Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (Fumdes/2010).

O programa tem o respaldo do Artigo 171 da Constituição Estadual de Santa Catarina, que dispõe sobre as formas de apoio à manutenção e ao desenvolvimento do ensino superior. Serão contemplados 132 estudantes.

Os selecionados para o doutorado receberão, mensalmente, uma bolsa de R\$ 1,8 mil; os do mestrado, R\$ 1,2 mil; e os estudantes da especialização irão receber R\$ 600. Os recursos serão repassados pela SED.



CLIPPING

Veículo: http://www.nota10.com.br/	Editoria: Brasil	Data: 2/8/10
Assunto: Secretarias e escolas devem regularizar termos de adesão		Página: Online

Secretarias e escolas devem regularizar termos de adesão

Os termos de adesão ao Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) feitos por 1.685 entidades devem ser regularizados com urgência. Caso contrário, as secretarias estaduais e municipais de educação e as escolas federais que estão com o documento em diligência podem ter problemas para receber os livros didáticos que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) encaminha todos os anos às escolas públicas do país.

As principais falhas identificadas pelos técnicos do FNDE são: a assinatura que consta no termo de adesão não confere com a da cópia do documento de identificação enviado; o gestor não enviou a cópia do documento; envio de termo diferente do original.

No portal eletrônico do FNDE, em Consulta e emissão de termo de adesão ao PNLD, os gestores públicos podem conferir qual é a pendência referente ao seu estado, município ou escola federal e providenciar a regularização.

Regra – A nova regra que determina a adesão ao programa do livro didático como pré-requisito para o recebimento das obras passou a valer este ano. O objetivo é garantir maior controle na distribuição dos exemplares às escolas. As escolas federais, as prefeituras e as secretarias estaduais de educação tiveram até 30 de junho para enviar o termo assinado ao FNDE. No total, 95,5% das entidades aderiram ao programa.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Opinião	Data: 2/08/10
Assunto: Desafios da educação em SC		Página: 28

Desafios da educação em SC

Os resultados do Ideb divulgados no início do mês de julho trazem desafios concretos para o próximo governo: que rumos dar à educação. O presente artigo analisa os resultados da educação no Estado à luz dos progressos realizados na região e no País.

No plano nacional, houve avanço generalizado nos resultados da 4ª série do ensino fundamental. A média é de 181 pontos nas redes municipais e 186 nas redes estaduais. Foram poucos os Estados onde não houve melhorias. O avanço médio foi de dez pontos nas redes estaduais e nove pontos nas municipais. O Ideb respectivo é de 4,9 e 4,4. Na 8ª série, as conquistas foram bem menores em língua portuguesa e inexpressivas em matemática. No ensino médio, praticamente não se constatou mudança.

No plano regional, observamos impactos positivos desiguais: maiores no Sudeste (MG e SP) e Centro-oeste (MS e GO), com a região Norte próxima da média nacional e o NE e o Sul, abaixo. O Ideb varia de 3,5 nas redes municipais do Nordeste a 5,4 nas redes estaduais do Sudeste. Só para dar uma dimensão do tamanho da desigualdade: a variação das notas da 4ª série vai de 156 a 205. O sistema educacional reproduz, ao invés de corrigir as diferenças regionais. Os Estados do Sul tiveram um crescimento abaixo da média nacional, Santa Catarina foi o que menos cresceu na região.

Vejamos o que ocorreu em Santa Catarina. As redes estadual e municipais obtiveram 184 pontos, mas o Estado ficou, pela primeira vez, abaixo da média nacional. O crescimento foi de quatro pontos na rede estadual e 6,5 nas redes municipais, um dos menores do País.

No todo, o Estado evoluiu pouco em relação ao necessário e em relação ao cenário nacional. Na rede estadual, os resultados indicam a inexistência de políticas eficazes, e os municípios que se destacam estão consolidando os resultados de um processo de melhoria gradual. Joinville e Blumenau estão entre estes. Joinville é uma das 12 cidades do País que conseguiram bons resultados na maioria das escolas da rede. Há razões para se preocupar com a educação local. O Estado movimenta-se lentamente nessa área e aumenta sua distância em relação ao restante da região - cujos avanços não foram brilhantes - e do País. O grande desafio do novo governo é assumir a liderança e os custos políticos de empreender as reformas profundas que se fazem necessárias.

JOÃO BATISTA ARAUJO E OLIVEIRA | PRESIDENTE DO INSTITUTO ALFA E BETO



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Região	data: 2/08/10
Assunto: Para continuar no IDEB		Página: 17

ANTÔNIO CARLOS Educação. Plano de cargos prevê reajuste para quem investir na qualificação Para continuar bem no IDEB

Está na etapa final, de revisão e ajustes, o plano de cargos e salários dos funcionários da Secretaria Municipal de Educação de Antônio Carlos. Após três reuniões entre o secretário Fábio Egert, membros da comissão municipal e da empresa responsável pela elaboração do plano, a previsão é de que o projeto de lei vá para apreciação e votação na Câmara de Vereadores na segunda quinzena de agosto. "O plano prevê a melhoria salarial dos professores que investiram na formação continuada. Vamos valorizar a qualificação dos nossos educadores, que poderão fazer determinado número de horas/aula em um período de dois anos, ganhando reajuste de 1,30% no salário", observa.

O secretário de Educação informa também que o piso salarial dos professores de Antônio Carlos, que já está acima da média nacional – R\$ 1.135,74 contra a média nacional de R\$ 950 – poderá aumentar ainda mais. "O valor da regência de classe será ampliada de 10% para 20% em cima do valor do salário base do professor",

antecipa Egert, que observa que 40% dos professores da rede municipal de ensino possuem algum tipo de especialização, fator que ajuda a explicar a média de 6,3 obtida pelo Núcleo Escolar Raulino Reitz, por exemplo.

Diretores.

Outra proposta do plano é a de oficializar a função de diretor escolar. "O cargo hoje é atribuído ao educador, sem que ele receba qualquer tipo de bonificação salarial por isso. Queremos legalizar o cargo e promover o acréscimo salarial desse profissional", afirma o secretário, que acredita que os incentivos refletirão diretamente na qualidade do ensino. "Temos aqui em Antônio Carlos o melhor índice do IDEB entre as escolas da Comarca de Biguaçu. Com certeza a qualificação continuada dos professores e os investimentos do poder público vão promover ainda mais melhorias na educação", projeta Egert.

Aproveitando o período de recesso escolar, a Secretaria de Educação

está fazendo a contenção de um barranco atrás da Escola Municipal Dom Afonso Niehues, no Centro de Antônio Carlos. "Devido às chuvas o barranco estava tendo erosão. Por isso fizemos a remoção de material e a drenagem dele. A próxima etapa será a construção de uma cerca, para isolar a área", diz o secretário.

A primeira parte do trabalho fica pronto até segunda-feira, quando os mais de 200 alunos retornam para o segundo semestre do ano letivo. Em novembro, após o período eleitoral, começará a construção de um ginásio de esportes coberto, feito com recursos do governo Federal, de R\$ 200 mil, mais a contrapartida da prefeitura, de R\$ 20 mil. A conclusão é prevista para março de 2011.

“Vamos valorizar a qualificação de nossos educadores.”

Fábio Egert, secretário



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN,joinville	Data: 2/08/10
Assunto: Desistência do projeto é quase nula		Página: 4

ESTUDOS

Desistência do projeto é quase nula

O índice de desistência entre os que conseguem as bolsas de estudo é pequena, quase nula, segundo os integrantes do projeto.

Está perto de 3%, afirma o coordenador do Resgate, Mário Sant'Ana. São dois os principais motivos: a mudança para outra cidade e a dificuldade na adaptação. Esta última vem reduzindo à medida que as escolas particulares se acostumam aos novos alunos, mas sempre existe.

A psicóloga Clair Olsen, voluntária no projeto, diz que o adolescente pode levar um baque grande com a mudança de ambiente.

“A diferença socioeconômica e cultural é realmente grande. E a indiferença, a resistência, nem sempre parte dos colegas, mas eles mesmos se sentem mal”, avalia. Clair lembra um exercício feito há cerca de três anos, com 50 alunos que dispõem de bolsa no Resgate. Ao desenharem como se sentiam, 80% deles fizeram um peixe “fora d’água”.

O professor Alexandre Ari Monich, do colégio Elias Moreira - que também oferece vagas para o projeto -, diz que a relação entre os alunos era mais conflituosa no início. “Hoje, eles são estimulados a se ajudarem”, conta. Quem têm dificuldade podem fazer o reforço.



CLIPPING

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 01/08/10
Assunto: Falta de alunos em curso deixa aprovados no ProUni sem estudar		Página: online

Falta de alunos em curso deixa aprovados no ProUni sem estudar

Para ter direito à bolsa, é necessário que turma seja formada.

No início do ano, 8.165 alunos não conseguiram se matricular na 1ª opção.

Vanessa Fajardo Do G1, em São Paulo

No primeiro semestre deste ano, 8.165 alunos foram pré-selecionados na primeira chamada no Programa Universidade para Todos (ProUni), mas não puderam se matricular no curso em que escolheram como primeira opção. A bolsa de estudos não foi concretizada porque não houve adesão suficiente para formar turmas no curso escolhido pelos candidatos.

A situação é prevista no contrato do ProUni. Segundo o Ministério da Educação (MEC) estes alunos ficaram no sistema e poderiam ser convocados nos demais cursos que escolheram como segunda ou terceira opções. Os cursos que não formam turma são bloqueados pelo sistema e não pré-selecionam nenhum candidato nas chamadas posteriores



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Editoriais	Data: 2/8/10
Assunto: Os limites da assistência		Página: 10

OS LIMITES DA ASSISTÊNCIA

A campanha presidencial constitui-se numa oportunidade importante para o debate sobre os limites da assistência social e sobre resultados efetivos das práticas mais comuns nesta área. Em sua mais recente edição, a revista britânica *The Economist* contribui para ampliar o foco do debate ao advertir, com base em um estudo das Nações Unidas, que programas como o Bolsa Família tendem a demonstrar resultados mais favoráveis no meio rural, em comparação com os do meio urbano, o que exigiria uma avaliação mais apurada. É importante que os debates relacionados à sucessão possam contribuir para o aperfeiçoamento dos programas de transferência de renda que, inegavelmente, elevaram as condições de vida de uma parcela expressiva da população, reduzindo de forma significativa as desigualdades de renda.

Levantamento recente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) revela que, em três décadas, entre 1978 e 2008, os programas de transferência de renda ampliaram de 8,1% para 19,3% a participação no total de proventos dos brasileiros. Os investimentos sob a forma de aposentadoria, Bolsa Família e assistência social estão entre as explicações para o fato de nada menos de 21 milhões de brasileiros terem deixado para trás a chamada linha de pobreza. Sem essa ajuda, o número de pessoas sobrevivendo em condições miseráveis e, em consequência, a desigualdade de renda teriam hoje proporções ainda mais preocupantes.

Isso não significa, porém, que políticas desse tipo, em grande parte legadas pela Constituição de 1988, devam ser mantidas indefinidamente. Quem quer que venha a assumir o Planalto a partir do próximo ano, precisará no mínimo começar a pensar em alternativas para os programas sociais em andamento, que não têm como ser mantidos indefinidamente.

Sem uma administração adequada e sem maiores cuidados na concessão dos benefícios, a tendência é de que os programas de transferência de renda acabem, de certa forma, comprometendo os investimentos a longo prazo. Por isso, todo pretendente a ocupar o Planalto precisa ter clara a forma de fazer com que brasileiros hoje dependentes de ajuda financeira oficial para sobreviver possam voltar a andar por si mesmos futuramente.

Fundamentais num determinado momento, esses programas precisam ser substituídos gradualmente, com o cuidado de não comprometer os recursos públicos e de não prejudicar os beneficiários.

A melhor alternativa para promover a substituição dos programas de transferência de renda será sempre a ênfase na educação. De todas as ferramentas disponíveis, a educação ainda é a mais indicada para permitir que os brasileiros possam ascender socialmente, deixando de depender financeiramente do poder público.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN. <i>joinville</i>	Data: 2/08/10
Assunto: Rotina pesada aos 13 anos		Página: 4

ESTUDOS

Rotina pesada aos 13 anos

Aos 13 anos, Nathália Gonçalves de Jesus tem rotina de vestibulando. Chega da escola, come alguma coisa e começa a fazer as tarefas. São duas horas de estudo e preparo para as provas que ocorrem a cada duas semanas. Ela reúne os livros na sala da casa frágil de madeira que divide no Panágua com os pais e três irmãos menores. E vai. “Não posso rodar até o terceiro. Então, presto bastante atenção na aula”, conta.

Ela diz que o convívio na escola no Centro é “como era no Marli” - referindo-se à escola estadual Marli Maria de Souza, onde estudou até 2008. A diferença é que, enquanto algumas ex-colegas não estão muito aí para os estudos, Nathália se agarra à chance que recebeu. Pega dois ônibus para ir à escola, se esforça para entender inglês (língua com a qual não tinha contato antes). Quando os professores pedem trabalho digitado, ela se vira. “É bem complicadinho. Vou à sede do projeto usar o computador. Quando está fechado, vou à casa da madrinha”.

A mãe de Nathália, Luciane, quer que a garota estude o máximo possível. Uma vizinha ofereceu trabalho de babá para Nathália, que poderia render trocados à adolescente. A mãe vetou. “Não acho legal, a criança perde o foco. Já falei que seguro as pontas”, diz Luciane, auxiliar de produção em uma fábrica. Se chegar à faculdade, como tanto quer, Nathália será a primeira da família a ter um diploma.

Juan Carlos Martins de Carvalho, de 19, também será pioneiro em casa. Fez ensino médio com bolsa. Hoje, cursa sistemas de informação e trabalha numa empresa de tecnologia. Conseguiu bolsa pelo ProUni. Focado, gasta o salário em educação (livros e cursos de tecnologia). “Não fosse a bolsa no ensino médio, teria de correr atrás de dinheiro e pagar a faculdade. Foi uma oportunidade de crescer.”



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Opinião	Data: 2/08/10
Assunto: E o vestibular para dança?		Página: 10

E o vestibular para dança?

NO FIM DE MAIS UM FESTIVAL, RETOMA-SE A DISCUSSÃO DE UM CURSO SUPERIOR NO ESTADO

Bailarinos premiados, pesquisadores reunidos em seminários, coreógrafos animados. Em meio a mais uma edição que termina, o Festival de Joinville debateu uma questão emergente para a dança catarinense: quando o Estado terá graduação na área? A resposta está tramitando junto ao Conselho de Administração (Consad) para chegar ao Consuni, Conselho Universitário da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), que deve decidir sobre aquela que foi eleita como uma das prioridades do Centro de Artes da Universidade (Ceart), a implantação de uma licenciatura em dança.

A ideia vem tomando forma há 20 anos e está prevista no Planejamento Estratégico Udesc - Plano 20 (2007/2027). Quem está à frente do projeto é Sandra Meyer, professora doutora do departamento de artes cênicas, integrante do Conselho Artístico do festival, que preside a comissão de criação do curso na universidade.

“A dança é a área que falta para o ambiente de artes reunido no Ceart”, diz Sandra, referindo-se às graduações de teatro, artes visuais, design de moda, além do mestrado e doutorado em teatro que convivem no Centro de Artes da Udesc. Além desse espaço favorável para a troca de informações entre as diferentes manifestações de arte, a criação do curso superior em dança de Santa Catarina se insere na conjuntura nacional, que viu surgir mais de 30 licenciaturas na área nos últimos cinco anos. Sinal que esta opção de formação encontra eco junto aos estudantes. Além disso, a dança é considerada arte pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, de 1997, e seu ensino nas escolas de 1º e 2º graus está previsto na LDB 9394/96.

“Ensinar dança é diferente de dar aula. Estamos falando de um educador do corpo e do movimento. É importante aproximar duas instâncias que andaram apartadas, que é a educação em dança e a arte da dança. Na academia, estabelecemos uma rede de trocas. Santa Catarina precisa deste espaço para ganhar articulação nacional no setor. O curso já tinha de existir por aqui” acredita Thereza Rocha, professora do curso de dança na UniverCidade, do Rio de Janeiro.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: Opinião	Data: 2/08/10
Assunto: Graduação pode alavancar qualidade do evento		Página: 10

EDUCAÇÃO

Graduação pode alavancar qualidade do evento

O presidente do Instituto Festival de Dança de Joinville, Ely Diniz, concorda que este é o momento certo de pensar no primeiro vestibular para o curso de dança catarinense.

“Por tudo que tem feito pela dança, Santa Catarina tem obrigação de ter ensino superior na área. Gostaríamos que o curso fosse em Joinville, óbvio, mas, se não for aqui, que seja na Udesc, em Florianópolis. Em todas as áreas, o que puxa o desenvolvimento é o conhecimento teórico. Não dá para ficar só na prática. Precisamos aproximar as duas coisas”, afirma Diniz, ressaltando que a aproximação dos dois espaços importantes para a dança, como o festival e a universidade, são fundamentais.

“Este é um projeto maduro. Existe uma demanda inquestionável. Entre 1999 e 2003, realizamos duas especializações em teatro e dança, preparando o caminho para a criação do curso. Existem muitos alunos que já se encaminham para a dança, integrando grupos como o Cena 11. Precisamos reconhecer a dança como mais uma área de produção de conhecimento”, argumenta Sandra Meyer.

Integrante da Câmara Setorial de Dança do Ministério da Cultura na condição de suplente da Região Sul, diretora do Festival Multipladança e especialista em dança cênica, Marta Cesar acredita que uma graduação em dança proporcionará um significativo salto de qualidade na produção catarinense na área.

“O Brasil inteiro está criando seu curso e o de Santa Catarina não sai do papel. Temos o maior festival de dança do mundo, mas a gente nota que o Estado não se profissionaliza. Um curso como este desenvolve a cadeia produtiva.

Não podemos deixar os interessados migrarem para outros Estados”, diz Marta, que, como muitos que participaram das atividades do festival, assinou uma moção de apoio à implantação do curso na Udesc.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Editoriais	Data: 31/7/10
Assunto: O consenso negligenciado		Página: 10

O CONSENSO NEGLIGENCIADO

Ensino de qualidade depende de investimentos adequados, do aperfeiçoamento dos mecanismos de avaliação e da valorização dos educadores com base em critérios baseados na meritocracia.

Reunidos em Porto Alegre, os integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) reiteraram a educação como prioridade da agenda para a promoção do desenvolvimento econômico e social, a exemplo do que já havia ocorrido durante encontro realizado em dois outros Estados. O tratamento preferencial ao tema coincide com a ênfase que vêm dispensando a ele os candidatos presidenciais com mais chances concretas de ocupar o Palácio do Planalto a partir do próximo ano. Seja qual for o caso, porém, é preciso que o assunto não se restrinja apenas ao plano das intenções, mas passe a constar das ações concretas para a instituição de um ensino de qualidade no país, acessível a todos os brasileiros e adequado às necessidades do mercado de trabalho.

No encontro do chamado “Conselhão”, ligado à Presidência da República, realizado quinta-feira, que foi presidido pelo ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, a educação foi apontada, de forma unânime, como prioridade absoluta para a continuidade do crescimento econômico sustentado, ao lado de outras questões igualmente relevantes. Entre os pressupostos estão o combate à desigualdade social e à inflação, além das políticas sociais, democracia e desenvolvimento, sustentabilidade ambiental e agricultura. Mas a educação, no entendimento de trabalhadores, empresários e representantes do governo, antecede as demais prioridades, pois se constitui na base da maioria delas.

O Brasil só terá condições de garantir espaço entre os países desenvolvidos do planeta se eleger a ênfase na educação continuada como propulsora do desenvolvimento sustentado.

A questão é que, mesmo tendo sido eleita como prioridade do Conselhão e mesmo apontada como ponto essencial por candidatos presidenciais, a educação ainda está longe de merecer toda a atenção necessária. O país praticamente universalizou o ensino fundamental e essa conquista reforçou a demanda pelo nível médio, sem que houvesse a necessária preocupação de impedir a queda da qualidade em consequência da massificação brusca.

A multiplicação dos exames de avaliação em todos os níveis de ensino tem ajudado a segurar a queda em níveis suportáveis. Ainda assim, é preciso fazer mais, porém, para assegurar ganhos, a começar por investimentos adequados, nas três instâncias da federação, que levem em conta, principalmente, a necessidade de valorização dos educadores.



Se a necessidade de tratamento prioritário ao ensino constitui-se em consenso de representantes da sociedade como os reunidos no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o país precisa definir logo quais metas pretende alcançar nesta área. Ensino de qualidade depende, acima de tudo, de investimentos adequados, do aperfeiçoamento dos mecanismos de avaliação e da valorização dos educadores com base em critérios baseados na meritocracia.



CLIPPING

Veículo: http://portal.mec.gov.br/	Editoria: Online	Data: 30/7/10
Assunto: Haddad fala sobre avanços da educação no final da reunião anual da SBPC		Página:

Evento científico

Haddad fala sobre avanços da educação no final da reunião anual da SBPC

O ministro da Educação, Fernando Haddad, afirmou na tarde desta sexta-feira, 30, na cerimônia de encerramento da 62ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), que o novo patamar da educação brasileira indica que o tema nunca mais será fragmentado entre etapas, níveis e modalidades. “A não fragmentação é garantia de que as metas de qualidade fixadas e apontadas no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) serão cumpridas.”

Haddad lembrou ainda que nunca um plano educacional definiu metas de qualidade, como fez o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), a partir de sua criação, em 2007. O ministro participou da conferência de encerramento com o tema *Os avanços da educação no Brasil de hoje*.

SPBC – O evento, que teve como tema central *Ciências do mar: herança para o futuro*, reuniu mais de 9 mil pessoas entre estudantes, pesquisadores, professores, profissionais liberais e representantes de sociedades científicas. Foram mais de 170 atividades, entre conferências, mesas redondas, simpósios, encontros e sessões especiais.

Além da programação científica, foram realizados diversos eventos paralelos, a exemplo da SBPC Jovem (programação voltada para estudantes da educação básica e população infanto-juvenil em geral), da ExpoT&C (mostra de ciência e tecnologia) e da SBPC Cultural (atividades artísticas regionais).

Reunião Anual – Realizada desde 1948, a Reunião Anual da SBPC é um dos maiores eventos científicos do país e um importante meio de difusão dos avanços da ciência nas diversas áreas do conhecimento. A cada ano, é realizada em um estado brasileiro diferente, sempre em uma universidade. Em 2011, o evento será na Universidade Federal de Goiás (UFG) e em 2012, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

Assessoria de Comunicação Social



CLIPPING

Veículo: O Estado de SP	Editoria: Educação	Data: 31/07/10
Assunto: Projeto regulariza atividade extra de professor federal		Página: online

Projeto regulariza atividade extra de professor federal

Minuta de texto elaborado pelo governo define as atividades remuneradas permitidas a docentes de instituições federais

Lígia Formenti/BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

Professores universitários que trabalham em regime de dedicação exclusiva poderão participar - e receber - de conselhos, além de ganhar cachês por palestras, conferências e atividades artísticas. As propostas integram uma minuta de projeto de lei apresentada pelo governo para regulamentar a carreira docente nas instituições federais.

Preparado ao longo dos últimos dois anos, o texto, com 46 artigos, traz regras mais precisas para essa prática comum, mas que há tempos era condenada pelo Tribunal de Contas da União. "Normas mais claras eram indispensáveis", afirmou o ministro do TCU, Aroldo Cedraz.

As mudanças propostas não são mais rígidas ou mais flexíveis do que a situação atual. Pelas regras das universidades hoje, a liberdade para professores em dedicação exclusiva exercer outras atividades é praticamente inexistente. Mas, na prática, essas restrições quase nunca funcionavam. Usando recurso das fundações, professores conseguiam exercer uma série de atividades, como consultorias por longos períodos em horários muitas vezes incompatíveis com sua jornada nas faculdades.

A proposta, apresentada semana passada para a diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), prevê mudanças na carreira, como a criação do professor sênior. "Ele ficaria no mesmo patamar que o professor titular", afirma o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Duvanier Paiva Ferreira. A medida, segundo ele, pretende ampliar o incentivo para progresso na carreira.

O secretário executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), Gustavo Balduino, disse ser favorável à regulamentação das atividades realizadas fora das universidades. "Por que não ter direito de participar e receber, por exemplo, de um conselho da Petrobrás? Professores têm contribuição para sociedade, que pode ser feita não apenas por meio das aulas na universidade."



Além de tornar mais claras as formas de participação de professores, a proposta prevê que todo pagamento extra tem de ser feito por meio do sistema oficial da União, como forma de evitar que profissionais ganhem além do teto constitucional. Algo que poderia ocorrer quando profissionais recebiam, por exemplo, via fundações de amparo à pesquisa - cujas regras de funcionamento foram alteradas em medida provisória, editada semana passada.

A minuta viria para completar a mudança, que integra o pacote para ampliar a autonomia universitária. Entre as regras previstas, estão mecanismos para pagamento de projetos de pesquisa e extensão - algo que antes era feito nas fundações.

Discórdia. A ideia do governo é apresentar o projeto de lei depois das eleições. Antes, deverão ser feitos debates com setores interessados. A primeira reunião está marcada para o fim de agosto. Muita polêmica ainda está por vir. "É um texto que prejudica aposentados e provoca uma corrida de docentes para financiamento de pesquisas", resume o primeiro-vice-presidente da Andes, Luiz Henrique Schuch.

Para ele, a saída para melhor remuneração de professores não é a participação em atividades extra. "Não é essa a nossa missão. O que o governo precisa definir é qual é o projeto de universidade que ele quer."

Tópicos: , Vida, Versão impressa



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN <i>Joinville</i>	Data: 2/08/10
Assunto: Muito mais do que uma simples “volta às aulas”		Página: 4

ESTUDOS

Muito mais do que uma simples “volta às aulas”

Bolsistas do projeto Resgate mostram que vale a pena priorizar os estudos

Numa casa no bairro Paranaguamirim, zona Sul de Joinville, é provável que Luísa Almeida de Sousa, de 12 anos, levante hoje por volta das 9 horas. Tome café, veja TV e enxote os gatos da família que teimam em subir na cama dela. Depois, o banho antes de ir para o colégio. Com alguma diferença na rotina, 50 mil alunos da rede estadual voltam hoje às aulas na região de Joinville. Mas quando Luísa estiver começando a vestir o uniforme, a irmã dela, Lara, de 14, deverá estar no primeiro dos dois ônibus que a levam até a escola, no Centro.

Lara faz parte de um grupo menor que o de Luísa: são 115 adolescentes do bairro que têm o estudo em colégios particulares financiado por meio de um projeto social. Ela conseguiu a bolsa na quinta série, e tem se esforçado muito para não perdê-la.

Em novembro do ano passado, 120 jovens que vivem em loteamentos no Paranaguamirim candidataram-se a uma bolsa no Projeto Resgate financiada por empresas privadas. Havia apenas 20 disponíveis, em cinco escolas particulares. O bairro concentra índices preocupantes em relação à educação (nas escolas públicas, alunos são estimulados a estudar para obter a bolsa). O projeto seleciona os alunos com melhores notas e com condições sociais que pedem mais ajuda. Às vezes, a escolha é dura. “Há anos que a gente tem três situações parecidas e apenas uma vaga. Daí, as professoras choram, ficam tristes”, conta o coordenador do Resgate, Mário Sant’Ana.

Com a bolsa na mão, nada é de graça. Os alunos têm de manter boas notas e comportamento. Rodar de ano é proibido, salvo raras exceções. O período de adaptação pode ser difícil – em geral, colégio particulares têm exigências e formas de convívio diferentes dos públicos.

Lara estuda em colégio privado há três anos. Mesmo com histórico de boas notas em uma escola estadual, e facilidade em matemática e ciências, penou para acompanhar as aulas. E para se adaptar. “A maioria estuda lá desde pequeno e a gente entra desacostumado. Pensei em desistir”, conta. A mãe dela, Rosemar Almeida de Sousa, de 34, ajudava a filha com as tarefas após a dupla jornada de trabalho, perto da meia-noite. No início, Rosemar e os quatro filhos, recém-chegados de Minas Gerais, dividiam com um irmão dela um cômodo no mesmo bairro. Oito pessoas no espaço de uma sala.

Hoje, a rotina da família está mais adaptada e Lara, feliz com a oportunidade “única”. Se Luísa conseguir uma bolsa de estudos (ela tentou em 2009, mas, como eram poucas vagas, não chegou lá por pouco) terá o caminho aberto e uma professora a mais. As duas irmãs querem seguir até a faculdade. E não é um sonho distante. A primeira universitária que estudou com a ajuda do projeto deve se formar em engenharia civil neste ano, pela Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc).



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Cidade	data: 31 e 1/08/10
Assunto: Norte da Ilha ganha escolas		Página: 12

Educação. Duas unidades de ensino fundamental e uma creche estão previstas para o ano que vem

Norte da Ilha ganha escolas

MAIARA GONÇALVES

maicara@noticiasdodia.com.br

FLORIANÓPOLIS - Duas novas escolas municipais, em Canasvieiras e Ingleses, além de uma creche no Rio Vermelho, estão sendo construídas pela prefeitura, com um investimento de R\$ 9,3 milhões. A construção da nova unidade escolar em Canasvieiras servirá principalmente para desafogar a demanda da Escola Básica Municipal Osmar Cunha, que atualmente atende cerca de mil alunos do Norte da Ilha.

Construída em parceria com o Ministério da Educação, a escola em Canasvieiras terá um custo estimado de aproximadamente R\$ 3 milhões e capacidade para atender 700 alunos, com 12 salas de aula, laboratório de ciência e informática, auditório, biblioteca e quadra de esportes coberta. As salas serão construídas com brises do lado de fora das paredes com janelas, estruturas que permitem o controle da incidência do sol sobre as salas de aula, melhorando a temperatura e a iluminação.

Nos Ingleses, a nova escola fica

na rua Três Marias, perto da intendência (administração distrital). Com investimento de R\$ 4,8 milhões, a unidade atenderá 1.680 alunos do ensino fundamental. Serão três pavimentos, com 24 salas, auditório para 300 lugares, salas de artes cênicas, informática, de artes plásticas e de multimeios, além de sistema de aproveitamento de água da chuva. Haverá biblioteca, sala de acervos, estudos e setor infantil. A unidade terá ginásio de esportes e quadras descobertas. Atualmente, a comunidade conta com a Escola Básica Gentil Mathias da Silva, para 800 alunos. A previsão para a conclusão das obras das duas escolas é 2011.

Também no Norte da Ilha, em Rio Vermelho, uma nova creche, que fica pronta em setembro, substituirá a da localidade do Muquém. Serão dez salas de aula com capacidade para 200 crianças em tempo integral ou 400 em tempo parcial. Haverá setor para trabalhos manuais, pátio coberto, parque infantil e estacionamento. O investimento do município é de R\$ 1,5 milhão.